

TRABALHO DOCENTE E ADOECIMENTO: IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO AJUSTAMENTO DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

DIAS, Cledinaldo Aparecido⁹⁹
MOURA, Maria Vivaldina Rodrigues de 100

Introdução

O mundo do trabalho tem-se transformado ao longo dos anos, mudanças significativas ocorreram, novas formas surgiram “sob a condição de separação absoluta do trabalho, a alienação assume a forma de perda de sua própria unidade: trabalho e lazer, meios e fins, vida pública e vida privada, entre outras formas de disjunção dos elementos de unidade presentes na sociedade do trabalho” (ANTUNES, 1999, P.133). Segundo o autor com as modificações a alienação é percebida de diferentes formas, através do grande número de trabalhadores desempregados, isolados, excluído da sociedade, muitos profissionais encontram-se apáticos.

Nesse contexto diversos conflitos pessoais surgem associados ao trabalho, à necessidade de executar suas atividades e cumprir suas metas em tempo hábil, a realização pessoal e profissional e a intensificação do trabalho geram ansiedade, angústia, desequilíbrio emocional, acarretando riscos à saúde e comprometendo o desempenho no trabalho.

Para Rio (1998) é certo que haja o surgimento cada vez mais frequente de doenças relacionadas ao trabalho, fato que afeta tanto a saúde física quanto a saúde mental do profissional, já que se exige dos trabalhadores cada vez mais, e muitas das vezes estes devem enfrentar péssimas condições para efetivação do exercício da profissão. E que essa cobrança está associada ao compasso de seu trabalho, o qual inclui os diversos níveis de atividades físicas e psíquicas de cada indivíduo e que por sua vez constituem aspectos na carga de trabalho do docente.

Nessa perspectiva, Branquinho (2011, p.24) esclarece que no caso dos profissionais docentes nas atribuições nem sempre existe possibilidade nem condição para realizar o trabalho com resultados desejados. “Os professores, quando não conseguem alcançar os objetivos estabelecidos pela escola, começam a apresentar certos sentimentos de fracasso e impotência, que, via de regra, acaba levando-os a um quadro de profunda angústia”. A autora destaca ainda os impactos das transformações e as contradições com a expansão do ensino, que afeta a qualidade do ensino e conseqüentemente a saúde dos professores. Com base no relatório para a UNESCO, elaborado pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, Branquinho (2011, p.24) explica que:

A falta de financiamento e de meios pedagógicos, assim como a superlotação das turmas, traduz-se, frequentemente, numa profunda degradação das condições de trabalho dos professores; a entrada de alunos com grandes dificuldades no ambiente social e familiar, além da intensificação do trabalho, impôs novas tarefas aos professores para as quais, na maioria das vezes, eles não estavam preparados.

Segundo a autora, as cobranças, o controle externo em algumas escolas e a falta de apoio e suporte aos docentes tem gerado insatisfação nesses profissionais.

Nessa direção Moreira e Mendes (2005) apontam que, nas limitações de caráter organizacional, surgem, sobretudo, as longas jornadas de trabalho, o ritmo acelerado do trabalho e a ausência de descanso entre as atividades, caracterizando assim um sobrecarga de trabalho. Fato que, desencadeiam os fatores psicossociais que possuem abrangência por seu caráter de pressão excessiva para os resultados, ambiente tenso, problemas de relacionamento interpessoal, péssimas condições físicas e estruturais para desenvolver as atividades.

Outro fator que tem prejudicado o funcionamento das atividades escolares é a violência nas escolas. “A violência escolar constitui-se como um problema contemporâneo, que vem afetando os processos educativos e colocando em questão a própria estrutura da instituição escolar, suas práticas e relações” (RUOTTI; ALVES; CUBAS, 2006, P.55).

Nessa linha de pensamento Gomes (2002) enfatiza que esses fatores atentam para a agitação, estresse e irritação do professor. Irritação a qual pode ser notada a partir de sintomas de ansiedade, nervosismo, angústia, perturbações do sono, problemas osteomusculares, digestivos, respiratórios e de voz. Assim, a realidade da profissão docente e o sofrimento dos professores têm contribuído para muitos desistirem da profissão e em alguns casos ficarem impossibilitado de exercer sua função em decorrência a doenças relacionada ao trabalho.

E para que haja um acompanhamento, bem como a readaptação do profissional em outras atividades é fundamental que este seja assegurado pelo órgão responsável. No caso da presente pesquisa, realizada em órgão

⁹⁹ Professor mestre do departamento de Ciências da Administração da Unimontes, doutorando em Administração na Universidade de Brasília (UnB), cledinaldodias@yahoo.com.br

¹⁰⁰ Graduanda do 8º período administração Unimontes. vivianrmoura@yahoo.com.br

público do estado de Minas Gerais, há uma legislação específica que trata sobre o ajustamento dos profissionais afastados.

O processo de ajustamento funcional no Estado de Minas Gerais possui como base a Resolução SEPLAG nº 61 de 15 de junho de 2013 que disciplina a execução do disposto no artigo 30, § 2º, da Constituição Estadual, “§ 2º - Ao servidor público que, por acidente ou doença, tornar-se inapto para exercer as atribuições específicas de seu cargo, serão assegurados os direitos e vantagens a ele inerentes, até seu definitivo aproveitamento em outro cargo.

Dessa forma, o presente trabalho busca analisar os impactos psicossociais provenientes do ajustamento de professores em uma escola da Rede Pública Estadual de Ensino de Montes Claros/MG. Especificamente, busca-se identificar as causas e tipos de afastamento, analisar o processo de readaptação e/ou ajustamento funcional dos professores ajustados, verificar os reflexos do ajustamento, as perspectivas/sentimentos do ajustado e as políticas preventivas de saúde ocupacional praticadas pela escola.

O afastamento da sala de aula pelos professores é visto como problema que atinge, de forma ampla, grande parte das escolas públicas estaduais de Minas Gerais. A pesquisa visa responder a seguinte questão: Quais os impactos psicossociais do afastamento de professores da sala de aula de uma escola de Rede Pública Estadual de Montes Claros/MG em consequência do trabalho, na perspectiva dos docentes ajustados e gestores?

Metodologia

Para o alcance dos objetivos propostos o método utilizado foi o qualitativo, que preza pela análise e interpretação de aspectos profundos e descreve o comportamento complexo do ser humano, ou seja, fornece análise mais detalhada sobre atitudes, e comportamento dos envolvidos na pesquisa. Foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental, além do uso de entrevistas e observação participante. A pesquisa bibliográfica contribuiu para a elaboração dos conceitos e articulações sobre o tema e a pesquisa documental para obter o volume de professores efetivos ajustados, os tipos e causas de ajustamento existentes na escola, conforme registros administrativos. Encontrou-se na escola somente registros de ajustamento a partir do ano de 2007, nesse período foram identificados 18 ajustamentos ocorridos na escola, sendo atualmente sete. O universo de estudo foi uma escola da Rede Pública Estadual de Ensino de Montes Claros/MG, a escola foi escolhida pela acessibilidade. Assim a população da pesquisa é constituída pelos sete professores efetivos ajustados, quatro gestores e a secretaria. Para tanto, foram realizadas 11 entrevistas, sendo os sete professores ajustados, a diretora da escola, duas supervisoras e a secretária, pois a vice-diretora, por motivos pessoais não aceitou participar da pesquisa. As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro com dez pontos de discussão para os professores ajustados e sete para os demais sujeitos da pesquisa. Utilizou-se ainda um gravador para auxílio no desenvolvimento da pesquisa e para facilitar o processo de análise de dados. Cada entrevista foi realizada individualmente na escola, no mês de julho, em horários previamente agendados e de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Os dados coletados foram tratados pela técnica de análise de conteúdo, por ser uma técnica que descreve de forma objetiva e sistemática o conteúdo existente nas entrevistas, com a finalidade de interpretá-los. A observação participante possibilitou a aproximação da realidade e uma melhor compreensão da cotidianidade compartilhada pelos envolvidos na pesquisa. Para preservar a identidade dos entrevistados utilizou-se nomes fictícios (pseudônimo).

Resultados e Discussão

Ao estudar os impactos psicossociais dos professores no período de 2007 a 2017 foram identificados 18 ajustamentos ocorridos na escola, sendo atualmente sete. A redução do número de professores ajustados no período deu-se em função de aposentadorias (7), exoneração (3) ou transferência (01). Quanto às funções de ajustamento os professores se encontram lotados no departamento de pessoal, secretaria, xerox e biblioteca. Na tabela a baixo é possível verificar a função, qual setor foi ajustado, tempo de ajustamento e de serviços.

Tabela 1 – Identificação dos professores ajustados

	Função	Ajustamento	Tempo de Ajustamento	Tempo de Serviço
1	Professor	Depart. Pessoal	07 anos	32 anos
2	Professor	Xerox	05 anos	18 anos
3	Professor	Depart. Pessoal	07 anos	24 anos
4	Professor	Biblioteca	07 anos	17 anos
5	Professor	Xerox	03 anos	23 anos
6	Professor	Biblioteca	08 anos	15 anos
7	Professor	Secretaria	03 anos	25 anos

Fonte: Dados da pesquisa documental, elaboração própria

Ao analisar os motivos e/ou causas que justificam o ajustamento dos professores identifica-se que parte destes apresenta a violência na escola, por parte de alunos, como principal desencadeador dos processos de ajustamento. Essa violência pode ser observada tanto no seu caráter físico como moral, explicitada nos relatos dos professores ajustados: “eu fui ajustado porque (...) além do mais tinha uma violência, gritante aqui na escola, nós tínhamos 10 bandidos de alta periculosidade aqui dentro da escola, que vinha às vezes armados para a

escola” (Professor 1).”Eu fui ajustada por causa (...) fui aplicar uma prova e um aluno abriu o caderno para colar e não me respeitou de forma alguma e eu anulei a prova desse aluno e esse aluno tentou me agredir fisicamente, jogou carteira para me acertar e ameaçou pegar um revólver na casa dele para me matar (Professor 2). Percebe-se que a violência tem impacto direto tanto nas relações sociais, como nos processos funcionais da organização.

Outro aspecto apontado como motivo de ajustamento foi o quadro depressivo da maioria dos professores entrevistados. “Em 2012 fui diagnosticado com depressão e transtorno obsessivo compulsivo (toc). Adquirir no trabalho em sala de aula”. (Professor 2).

(...) porque aí minha pressão caiu muito, fiquei internada 10 dias. Aí eu não tinha mais vontade de voltar para a sala de aula, aí os médicos foram me dando licença, licença, porque eu vinha em estado depressivo, não queria mais voltar pra qui para a escola, aí até eles, depois de dez meses me ajustou, ajustaram (Professor 3).

Problema de depressão, ansiedade, tensão nervosa, desânimo, fobia social e dores físicas (Professor 4).

(...) então isso me levou a uma depressão com pressão alta e essa depressão profunda me levava a insônia, é perturbação com barulho, som alto, é gritaria, é tumulto de pessoas, então tudo isso afetava cada vez mais a depressão (Professor 5).

Por motivo de doença em 2014, entrei num quadro de depressão (Professor 6).

Conforme documentos analisados na instituição e segundo relato do professor 3, outro fator determinante para o adoecimento e conseqüentemente o ajustamento, é a fibromialgia. “Eu fui ajustada por causa da fibromialgia. Fibromialgia ela é desencadeada por causa de traumas, sofrimento, stress” (Professor 3).

Ao serem questionados sobre as políticas públicas desenvolvidas pela escola foi unânime o desconhecimento por alguma política. “Não, primeiro quem ta doente fica com vergonha e não fala nada a ninguém. No meu caso a escola nem sabia que eu estava doente. E se soubesse também não faria nada a não ser mandar tirar licença” (Professor 2). “Não, deveria ter ao menos um acompanhamento psicológico” (Professor 3). “Não adota, que eu saiba e o estado também não” (Professor 4). “Não, na rede municipal ainda encontro um apoio psicológico, pois lá tem acompanhamento semanal com psicóloga pela Previdência dos Servidores Municipais de Montes Claros (PREVMOC)” (Professor 6). Ainda de acordo com os professores ajustados um dos principais problemas enfrentados com o ajustamento, é que se caso o problema de saúde volte a manifestar, não podem tirar licença para tratamento com o mesmo laudo que foi ajustado.

Quanto à percepção dos gestores sobre o ajustamento funcional acredita ser importante e necessário, porém é preciso ser revisto, “se faz necessário devido à saúde do servidor, mas ainda precisa ser revisto da maneira em que ocorre atualmente”. “Oferecer suporte médico e psicológico e inseri-los em funções afins e conforme a habilidade de cada um”. “Deveriam cumprir sua carga horária de trabalho na Superintendência Regional de Ensino (SRE) ou outro órgão pela qual não tem a presença de alunos (a grande maioria consta no laudo o não contato com alunos)”.

Considerações Finais

Com base nos dados parciais verifica-se que embora tenha uma lei específica que trata sobre o ajustamento dos profissionais afastados da sala de aula. É necessário um debate sobre a questão e que crie políticas de prevenção, como esclarece o gestor 1. “A necessidade seria uma atenção anterior, ou seja, criar turmas com números menores de alunos, valorização do profissional de maneira que não precise trabalhar mais de um cargo, equipamento de voz a fim de evitar o desgaste das cordas vocais, etc”.

Referências

- [1] ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, 1ª Ed,1999.
- [2] RIO, R. P. **LER: ciência e lei**: novos horizontes da saúde e do trabalho. Belo Horizonte: Health, 1998.
- [3] BRANQUINHO, Neuzani das Graças Soares. **Qualidade de vida no trabalho, bem-estar e mal-estar em professores da rede pública**. Montes Claros, MG: Unimontes, 2011.
- [4] MOREIRA, A. M. R.; MENDES, R. **Fatores de risco dos distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho de enfermagem**. Revista Enfermagem UERJ, Rio de Janeiro, v. 13, p. 19-26, 2005. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v13n1/v13n1a03.pdf>>. Acesso dia: 02 de agosto de 2017.
- [5] RUOTTI, Caren; ALVES, Renato; Cubas, Viviane de Oliveira. **Violência na escola**: Um guia para pais e professores. São Paulo: Andhep: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- [6] GOMES, L.; BRITO, J. C. **Trabalho multifacetado de professores/as: a saúde entre limites**. 2002. 118f. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://portaleses.icict.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/2002/gomeslm/capa.pdf>>. Acesso em 03 de agosto de 2017.
- [7] BRASIL. Resolução SEPLAG nº 61 de 15 de junho de 2013. **Disciplina a execução do disposto no artigo 30, § 2º, da Constituição Estadual**. Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.